MULHERES FEMINISTAS NA UFPA: TRAJETÓRIAS, INTERSECÇÕES E POLÍTICA

Camille Gouveia Castelo Branco Barata; Jane Felipe Beltrão

(Programa de Pós-Graduação em Antropologia de Universidade Federal do Pará; E-mail: camillecastelobranco@gmail.com; janebeltrao@gmail.com)

Resumo: Pesquisas recentes afirmam que grande parte da mobilização política e intelectual ocorrida na Amazônia é protagonizada por mulheres, a despeito de serem também as mulheres as vítimas preferenciais de muitos crimes. Um dos cenários privilegiados dessa articulação é a Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior universidade do país em número de discentes, segundo o Ministério da Educação (MEC), que possui longa trajetória discutindo questões de gênero, seja entre coletivos políticos, grupos de pesquisa, eventos e/ou produções acadêmicas. Com o intuito de compreender quem são as protagonistas por trás dessa complexa dinâmica político-acadêmica, realiza-se pesquisa de cunho etnográfico, procurando compreender as histórias de vida de mulheres feministas desta Universidade. A pesquisa pauta-se na observação participante de eventos relativos a debates feministas na UFPA, na análise de documentos produzidos por essas interlocutoras, bem como em entrevistas com discentes, docentes e estudantes egressas, autodeclaradas feministas na Instituição. Argumenta-se que os feminismos, na UFPA, são inúmeros e delimitados por múltiplas articulações de marcadores socais da diferença como raça, classe, orientação sexual, gênero e geração. A pesquisa demonstra que a adesão das interlocutoras às perspectivas feministas possui um duplo efeito: as protagonistas passam a significar – e revisar – suas trajetórias com base nos feminismos e, tais trajetórias, possuem efeito social expressivo na vida institucional da UFPA.

Palavras-chave: feminismos; interseccionalidade; histórias de vida; marcadores sociais da diferença; universidade.

Introdução

O trabalho que segue apresenta-se como parte da construção intelectual em andamento no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará, que versa sobre as histórias de vida de intelectuais feministas atuantes na instituição. Para os fins do presente esforço reflexivo, que integra a dinâmica de campo da tese de doutorado a ser defendida em 2022, meu intuito é dialogar com partes da trajetória de duas mulheres feministas, que fizeram/fazem formação na UFPA e pertencem a duas gerações diferentes – com as marcas e nuances que essas temporalidades distintas carregam.

Os dados apresentados referem-se ao percurso acadêmico e político da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Álvares, 78 anos, e da mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA Bianca Porto, 27 anos. Os depoimentos transcritos a seguir foram obtidos em situação de entrevista com as duas interlocutoras. O objetivo desse artigo é

refletir sobre partes das histórias de vida das interlocutoras como chaves relevantes para a compreensão das relações de poder no contexto amazônico, especialmente no que concerne às questões de gênero e aos constructos educacionais – que são também de ordem estatal – ocorridos dentro da UFPA. Também procurei traçar uma breve reflexão sobre os processos de apagamento que envolvem os feminismos na Amazônia, engendrados, além do machismo típico enfrentado por esses movimentos sociais, pelo colonialismo que marca a história da região.

Neste trabalho, argumentarei que, apesar das diferenças geracionais, as trajetórias de ambas as pesquisadoras guardam similitudes importantes, não a partir de uma identificação "natural" entre mulheres, mas com base em uma coalizão consciente, uma afinidade e um parentesco político em torno de mulheridade[1], enquanto produto do poder da consciência de oposição (Haraway, 2004). Além disso, as trajetórias de ambas as interlocutoras são atravessadas por marcadores sociais da diferença[2] em comum (a mulheridade, a branquitude, a formação educacional, as posições políticas), que, se não as definem em um sentido determinista, as situam nas múltiplas hierarquias de poder que constituem o universo social da(s) Amazônia(s).

A condução da discussão se dará em comunicação com as formulações de Bonetti (2009) sobre o campo político e antropológico feminista, mas também lançarei mão dos argumentos de autores como Das e Poole (2008), Said (2011) e Wolf (2003), referências que suportes teóricos e metodológicos para pensar temas como o poder, o estado e as territorialidades, transversais ao escopo da tese e do presente artigo.

Em diálogo com Bonetti (2009), defendo que as pesquisas sobre feminismos e realizadas por feministas, como é meu caso, tem um grande potencial inovador e estão

[1] Opto pela adoção do termo "mulheridade" ao invés de "feminilidade" em atenção à crítica feita pelo movimento feminista de que a ideia de feminilidade pressupõe esteriótipos relacionados à uma suposta "natureza" feminina, tais como: delicadeza, docilidade e subserviência. O que a realidade social apresenta, em contrapartida, é a existência de muitas mulheres cuja performance de gênero não corresponde a tais representações e, ainda, mulheres que não são biologicamente fêmeas. Em atenção a essas nuances, adoto o termo.

[2] Segundo Pelúcio (2011) as discussões sobre os marcadores sociais da diferença são relativamente recentes. Historicamente, essas abordagens têm seu ponto de referência no "feminismo das diferenças", nascido nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980. Essa vertente teórica surge como uma crítica à miopia do feminismo vigente, voltado, segundo formularam diversas autoras, para as mulheres brancas, anglófonas, heterossexuais, protestantes e de classe média. O feminismo da diferença procura salientar que o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais.

calcadas numa produção etnográfica especialmente crítica, que parte da compreensão da combinação entre contextos, situações e produção de sentidos e das alteridades constituídas por distintos marcadores sociais que interagem, como o de gênero na sua intersecção com o poder. O argumento de Bonetti (2009), do qual sou tributária, é o de que essa Antropologia politicamente situada, abre portas para a compreensão, ao mesmo tempo, das relações de poder e das possibilidades de agência humana. A noção de poder é incorporada como parte constituinte de todos os níveis da produção de conhecimento e se faz crucial dar visibilidade para as suas implicações. Entendo poder a partir dos pressupostos de Wolf (2003), como moldagem do campo social de ação, de forma a tornar possível alguns tipos de comportamento, enquanto dificulta outros.

Ao mesmo tempo, em uma instituição federal como a UFPA, as protagonistas do movimento feminista, considerado dissidente e subversor de ordens estabelecidas, precisam enfrentar processos mais ou menos violentos relativos a disciplinarização que o Estado realiza de tais discursos, uma função ordenadora que frequentemente o coloca as margens em disputas por poder, conforme assinalam Das e Poole (2008).

Situando a pesquisa

Pesquisas recentes têm afirmado que grande parte da mobilização política e intelectual ocorrida na Amazônia é protagonizada por mulheres, a despeito de serem também as mulheres as vítimas preferenciais de muitos crimes (Lacerda, 2014; Álvares, 2010; Lacerda, 2015; Wolff, 1999). Um dos cenários privilegiados dessa articulação é a Universidade Federal do Pará (UFPA), a maior universidade do país em número de discentes segundo o Ministério da Educação (MEC), que possui longa trajetória discutindo questões de gênero[3], seja entre coletivos políticos, grupos de pesquisa, eventos e produções acadêmicas. Paradoxalmente, pouco foi escrito sobre as trajetórias das intelectuais que passaram pela instituição e lideraram tais iniciativas, conforme constatado em levantamentos bibliográficos realizados em Bancos de dissertações e teses e periódicos qualificados. Dessa constatação, nasceu o projeto de tese e o presente artigo, que busca compreender as

[3] Na presente discussão, a noção de *gênero* se relaciona com as reflexões de Scott (1995), para quem *gênero* é: (1) um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) uma forma primária de dar significado às relações de poder. A partir de Scott (1995), o termo ganha *status* de categoria analítica, de instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de gênero. A autora assevera que tal categoria deve ser analisada sob um ponto de vista relacional, tendo em vista a especificidade dos contextos nos quais que se constrói.

trajetórias de estudantes feministas que foram/são formadas pela UFPA.

Os anos de graduação e mestrado pesquisando em diálogo com mulheres indígenas e quilombolas afinaram a compreensão de que as experiências em torno da mulheridade não são universais ou estanques, pelo contrário. As trajetórias costumam ser dinâmicas, conflituosas e diversas, sobretudo quando atravessadas por marcadores sociais da diferença como raça, classe, orientação sexual e geração que, associados ao gênero, ressignificam lugares de fala. É o que se convencionou chamar interseccionalidade (Mcclintock, 2010; Brah, 2006) .

Desse modo, ao longo dos anos de pesquisa – em cujo escopo esse artigo se insere – procurarei dialogar especificamente com estudantes autodeclaradas feministas, que fizeram/fazem formação em cursos de graduação e pós-graduação na UFPA e, a partir desse diálogo, compreender suas trajetórias políticas e educacionais. O fato de militar no movimento feminista há seis anos dentro da Universidade contribuiu sobremaneira para que eu conhecesse muitas das mulheres que poderão se tornar potenciais interlocutoras da pesquisa, como a Professora Luzia Miranda e a mestranda Bianca Porto, aqui destacadas. Assim, as trajetórias que pretendo analisar, em certo sentido, se entrecruzam com a minha própria, uma nativa que se propõe a etnografar seu próprio contexto.

Falar sobre mulheres feministas na UFPA implica compreender as múltiplas conjunturas que atravessam essas biografias, articuladas a partir de formações políticas, acadêmicas, afetivas e regionais. São portando trajetórias dinâmicas, abertas a tensões e à descontinuidade e imbricadas em contextos maiores. Para compreendê-las, me aproximo das acepções de Bourdieu (2006), quando o autor afirma:

> [t]entar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um 'sujeito' cuja constância não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (p.190)

Para compreender e analisar as vivências, histórias e narrativas acionadas pelas interlocutoras é preciso perceber que existem diversas maneiras de conceber a trajetória dos agentes. Com base nas proposições de Levi (2006) se pensa a trajetória relacionada a contextos, nos quais as singularidades da vida individual podem ser interpretadas historicamente, tomando as ações

e memórias como justificáveis e passíveis de análise, sem fechar os olhos para as possíveis inconstâncias e eventuais particularidades dos agentes sociais cujas vivências podem ser interpretadas. Os caminhos poderão ser diversificados, assim como as histórias pessoais e sociais das mulheres e a etnografia desses processos é parte de um projeto que busca compreender como essas mulheres se comunicam com os seus mundos.

No tocante ao entendimento da trajetórias das duas interlocutoras, trabalharei com a noção de histórias de vida, nos moldes formulados por Kofes (1994), para quem estas são interpretações individuais de experiências sociais. Assim consideradas, as histórias de vida sintetizariam a singularidade do sujeito - suas interpretações e interesses -, a interação entre o pesquisador e o entrevistado, e também uma referência objetiva, que transcende o sujeito e informa sobre o social. De acordo com as proposições da autora, as histórias de vida serão consideradas como: fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida. Neste sentido, o próprio entrevistado articula reflexão e evocação). Cabe, portanto, à mim, ao ler a narrativa da história de vida, levar em conta estes elementos, considerá-los na situação de entrevista e etnografia e também intercruzá-la com outras narrativas.

Existe movimento feminista na Amazônia?

João Pacheco de Oliveira (2014) afirma que, no século XIX, durante a formação da nação brasileira, a Amazônia foi muitas vezes pensada como um império da natureza e um deserto para a história e para a civilização. Segundo o autor, desse conjunto de representações, reaparecem velhos mitos imperiais, como a teoria jurídica portuguesa do "uti possidetis" ou a figura britânica da terra de ninguém, metáfora justificadora da invasão e do saque. Pacheco de Oliveira (2014) defende que o olhar dos viajantes nacionais preparou a estrada para a metáfora geopolítica do "vazio demográfico" e, em todas essas conjunturas, o único direito possível seria o do colonizador.

O autor acrescenta que tal discurso, ainda que modificado, aparece ainda hoje em setores conservadores, que buscam recuperar um passado supostamente dourado em que, à população nativa amazônica, não seriam reconhecidos quaisquer direitos e os protagonistas que aqui vivem e se articulam seriam julgados como seres inteiramente fora da nação, cabendo-lhes apenas aceitar com passividade a dominação de estilo paternalista. No entanto, conforme Pacheco de Oliveira (2014), a Amazônia se encontra atualmente em

um regime de história e memória diferenciado, marcado pelas desigualdades e pela permanência de formas severas de opressão. É desse cenário de conflitos que, segundo o autor, surge um protagonismo distinto, assumido por agentes novos, com estratégias e bandeiras muito heterogêneas.

Nesse sentido, Lacerda (2014) afirma que a relativa escassez de investigações sobre a mobilização social na Amazônia é produto (ao mesmo tempo em que produz) do obliteramento da sociodiversidade da região, que tende a ser preferencialmente analisada sob a ótica de sua biodiversidade, ou seja, da "terra sem homens" de Médici, do "verde vago mundo" da literatura de Benedito Monteiro, por exemplo. No entanto, segundo a autora, perante a inaudibilidade do estado, surge o fazer-se ouvir das lideranças políticas da região. A inaudibilidade jamais é absoluta ou constante. As considerações de Lacerda (2014) remetem as de Segato (2003), pois, de acordo com a autora, ao replicar a linguagem do dominador, o agente subalternizado a desloca, desgasta e desestabiliza, erodindo a própria dialética dominador-dominado e introduzindo uma marca de insubordinação.

Ao mesmo tempo, em uma região dita e tomada como periférica, arbitrariamente alijada pela ação colonial, frequentemente acredita-se que não existem produções intelectuais e políticas. Nesse sentido, Professora Luzia Miranda, além de interlocutora da pesquisa, é tomada também como referência teórica e histórica desta, pois seu texto publicado em 2010 é um dos poucos encontrados a tratarem de forma sistemática sobre a construção dos feminismos na Amazônia, tendo como palco o Estado do Pará e como microcosmos a UFPA.

Álvares (2010) demonstra que um feminismo latente pode ser vislumbrado na década de 20-30, no Pará, marcando a primeira onda do movimento, considerada onda sufragista. Se não há, nessa época, trabalhos pontuais sobre a questão da mulher que possibilitem marcar esse período, o mesmo não se pode dizer da presença de militantes feministas que circunscrevem os espaços de circulação das notícias e ferem o clima tradicional, ao lançarem a idéia da igualdade intelectual e política da mulher a partir da conquista do direito do voto, em franca discussão nos principais Estados brasileiros.

As sufragistas paraenses nucleadas no Departamento Paraense pelo Progresso Feminino traduzem suas práticas em divulgar as idéias de Bertha Lutz, através dos jornais e em artigos que demonstram a sua inclusão entre as que defendem os direitos de igualdade política feminina. A recuperação dos discursos sufragistas de Orminda Ribeiro Bastos e

Elmira Ribeiro Lima tende a ser um elemento elucidador quanto à história de uma militância de letradas sem que estas sejam acadêmicas. Álvares (2010) considera este o primeiro movimento organizado de mulheres feministas no Pará.

Álvares (2010) acrescenta que nos anos 80, é possível perceber um significativo envolvimento de intelectuais nos estudos sobre a questão da mulher em nível de pós-graduação. Segundo a autora há também estímulo à formação de uma frente acadêmica de estudos sobre a mulher, a partir de um projeto da antropóloga Jane Felipe Beltrão que transforma sua pesquisa num grande Seminário sobre a Mulher Região Norte – Brasil, em 1985, onde tudo o que havia de trabalhos nessa área, numa perspectiva interdisciplinar, passa a ser publicizado em três dias de atividades. Um outro seminário é organizado no ano seguinte, 1986, e novos temas na área são publicizados. Álvares (2010) pontua ainda que anos 90 trazem um aporte mais sedimentado das pesquisas sobre a mulher entre as intelectuais paraenses. E trazem também uma afinidade incondicional entre algumas delas com os movimentos de mulheres que proliferam nessa época, quer de formato institucional quer de natureza informal.

Bonetti (2009), em consonância ao que é dito por Álvares (2010), reflete sobre como a questão da mulher passa a ser enxergada, sobretudo, nos estudos antropológicos, embora as reverberações desse processo sejam observáveis nas ciências sociais como um todo. Tributária das mobilizações feministas da década de 1970, a então chamada Antropologia da Mulher teve origem no questionamento feminista acerca do lugar destinado às mulheres nas produções etnográficas: de sub-representação, silenciamento e invisibilidade. Segundo Bonetti (2009), pesquisadoras questionavam como era possível construir algum conhecimento etnográfico sem as mulheres. Assim, pode-se dizer que essa vertente da disciplina antropológica nasceu de uma crítica de cunho epistemológico à Antropologia enquanto área de conhecimento.

Os momentos significativos pontuados por Álvares (2010) demonstram a existência de uma história de formação política e intelectual pautadas no feminismo entre as paraenses. Contemporaneamente, a partir de minha circulação em espaços de militância e diálogos acadêmicos, tive contato com trajetórias que se construíram a partir de dois percursos: o primeiro é o de estudantes que se apropriaram do debate sobre gênero por meio de disciplinas em cursos de graduação, participação em projetos de iniciação científica e leituras

autônomas de materiais teóricos e literários; foi a partir de um entendimento acadêmico sobre o tema que as protagonistas passaram a se autodeclarar feministas. O outro percurso é formado por estudantes que participavam de coletivos políticos não necessariamente vinculados à universidade, como a Marcha Mundial de Mulheres, o coletivo Vacas Profanas ou a Coletiva Feminista Radical Matinta e trouxeram essas experiências para dentro do campus universitário; além dos coletivos especificamente voltados para a militância feminista, há também mulheres feministas que sugerem pautas com os devidos recortes no interior de partidos políticos ou de coletivos do movimento estudantil, como o Levante Popular da Juventude e o coletivo Juntas. No segundo caso, é o feminismo militante que conduz à entendimentos acadêmicos.

Ao mesmo tempo, para além das duas trajetórias citadas, outras duas dimensões circunscrevem o perfil das interlocutoras: a vertente feminista a qual estão vinculadas e aquilo que se convencionou chamar, no movimento, de "lugar de fala". A questão das vertentes tem origem na própria história do movimento feminista[4], no modo como os feminismos foram pensados a partir de diferentes contextos históricos e demandas políticas de mulheres ao redor do mundo. Esse caráter global do movimento feminista é apropriado em esfera local e adaptado para atender às múltiplas agendas que circulam no contexto amazônico. Entre as discentes com quem dialoguei, percebi uma predominância de alinhamento com os feminismos radical, liberal, negro e interseccional.

O que conduz a segunda dimensão relevante, o lugar de fala. Conforme Ribeiro (2017), fazendo o questionamento de quem tem direito à voz numa sociedade que tem como norma a branquitude, masculinidade e heterossexualidade, o conceito se faz importante para desestabilizar as normas vigentes e trazer a importância de se pensar no rompimento de uma voz única com o objetivo de propiciar uma multiplicidade de vozes. As vozes das feministas na UFPA são diversas e esta diversidade interfere em seus alinhamentos de vertentes e conformação de seus lugares de fala.

Desse modo, dialoguei com mulheres negras, para as quais a tradução para o português dos textos de Angela Davis foi particularmente importante nesse ano, bem como o debate sobre genocídio da juventude negra; com mulheres lésbicas, que se interessavam pela discussão da lesbofobia nos

[4] Sobre vertentes do feminismo e a história do movimento ver: Butler (2003) e Haraway (2004)

coletivos, bem como pelo debate sobre estupro corretivo de mulheres lésbicas; com mulheres trans, que requeriam o respeito ao nome social no ambiente universitário, bem como o acesso à locais livres de transfobia; com mulheres que se tornaram mães e militavam pela criação de creches universitárias, bem como pela possibilidade de assistirem aulas junto com seus filhos sem sofrer constrangimento. Esses foram apenas alguns dos lugares de fala percebidos, que compõem o vasto mosaico dos feminismos na UFPA, nos dias de hoje.

Assim como aponta Said (2011), as contruções políticas, artísticas e sociais, embora pareçam individuais a primeira vista, são na verdade herdeiras de uma certa tradição, um sentido histórico, que lhe empresta significado. Segundo o autor, não há maneira de isolar passado e presente. E, assevera Said (2011), essas duas concepções costumam ser construídas em um processo desigual de disputas sobre como representar a realidade, a tradição, a história. É o que procurei demonstrar nessa digressão sobre o movimento feminista na Amazônia, com suas descontinuidades, pluralidades e, sobretudo, com os apagamentos que sofreu às custas do colonialismo.

Com a palavra, Luzia e Bianca: deslocamentos políticos e educacionais

As duas interlocutoras cujas trajetórias apresento, possuem histórias de vida atravessadas por similitudes, embora mais de quarenta anos separem as datas de seus nascimentos. Ambas são mulheres brancas, abertamente feministas, formadas pela UFPA, interessadas por cinema, e com um percurso educacional marcado pelo interesse em relação aos livros e aos estudos, mesmo perante dificuldades financeiras e familiares. A ocupação do espaço universitário, em especial, é marcada por aquilo que Bonetti (2009) definiu como um sistema de distribuição desigual de prestígio e privilégios, que acaba por revelar a posição simbólica ocupada pelas interlocutoras em cada espaço, como se verá nos relatos sobre conflitos institucionais vividos pelas mesmas.

Maria Luzia Miranda Álvares nasceu Maria Luzia Reis Miranda, no município de Abaetetuba. Filha de um comerciante, e nas palavras dela mesma, “de duas mães”, a biológica, que faleceu precocemente, e a tia, que assumiu seus cuidados ainda na infância, Luzia, como é conhecida, afirma ter sido desde muito cedo atenta a escrever, ler e estudar. Foi essa atenção que a motivou a sair de Abaetetuba para cursar o que era chamado, naquele período, de curso ginasial, na época não ofertado na região. Ela afirma que as “pessoas do interior” geralmente possuem o

desejo de que seus filhos ascendam socialmente, o que se dá comumente por meio dos estudos. Com seu pai não era diferente e o incentivo dele, associado ao interesse da interlocutora, possibilitaram seu deslocamento para Belém, para a realização de provas de admissão para os colégios da cidade.

Ela foi aprovada para o primeiro ano ginasial em regime de internato no colégio Santa Rosa, até hoje em funcionamento na cidade. A preparação para esse deslocamento radical do ambiente em que a pesquisadora vivia para o espaço do internato envolvia muitos preparativos, incluindo a compra de um enxoval, com materiais de cama, mesa e banho. Ela veio para Belém em 1952, onde ficaria durante os próximos sete anos, cursando o ginásio e o curso pedagógico, onde recebeu formação para professora. Esse foi um período no qual a interlocutora recebeu, além da formação educacional, uma profunda formação religiosa, que mais tarde viria a questionar e desconstruir. Na época, no entanto, Luzia tornou-se devota dos preceitos da igreja católica e era participante ativa das atividades da capela do colégio, uma participação que prenunciava, segundo a interlocutora, uma posição de liderança que ela assumiria posteriormente em suas atividades acadêmicas e políticas.

Foi no período do colégio que ela iniciou seu namoro com aquele que hoje é seu marido, o médico Pedro Veriano. O namoro contrariava as expectativas das freiras do colégio, que pensavam que Luzia seguiria o caminho do sacerdócio, por um certo “sentido místico, um vínculo de certezas que as mestras identificavam. Eu era filha de Maria, de Santa Teresa, de todos os santos, era quase um escapulário”. Muito tempo após o casamento, e após dar a luz a três filhas, Luzia prestou vestibular para Ciências Sociais na UFPA. Nesse intervalo, ela intercalava os cuidados com as filhas e a casa, com suas leituras, as quais nunca abandonou. Foi também antes de fazer vestibular que a interlocutora passou a se interessar por cinema, uma atividade a qual se dedica até hoje, como crítica da Associação de Críticos de Cinema do Pará.

Luzia também atribui seu amadurecimento intelectual antes da faculdade aos debates e relações que ela e o marido mantinham com seu grupo de amigos, pessoas que construíam a cena cultural de Belém naquele período e que, após o golpe militar, ou foram presos, ou precisaram fugir da cidade, pois foram apontados como subversivos. Entre os amigos, estavam o casal João de Jesus e Violeta Loureiro, intelectuais que, assim como Luzia, vieram a contribuir grandemente para o debate acadêmico na UFPA. Ela acrescenta que ter vivido as consequências devastadoras

do golpe militar contribui para a afirmação de sua posição contrária ao golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff do cargo, bem como sua oposição ao clamor por intervenção militar que marca o debate político contemporâneo. “As pessoas não sabem o que nós vivemos”, ressalta.

Aprovada no vestibular em excelente colocação, mesmo precisando conciliar uma série de demandas relativas à vida doméstica com os estudos, foi no curso de Ciências Sociais que a interlocutora passou a questionar sua condição de mulher. Na época, pouco se falava em feminismo, mas aquilo que se convencionou chamar “a questão da mulher”, estava na ordem do dia. Luzia iniciou seus questionamentos a partir de sua realidade mais próxima, o casamento. Ela afirma que sua revolução feminista começou no armário do banheiro, quando ela passou a ocupar, com seus objetos, um espaço dominado pelos utensílios do marido. Pondo em cheque situações que ela experimentava como compulsórias simplesmente por ser mulher, a interlocutora conta que passou a ser perseguida por uma série de “porquês” que criaram nela uma “identidade de angústia”. Ela se perguntava “e as outras mulheres, como é que são?”.

De acordo com Luzia, é somente a partir de uma transição do questionamento sobre a condição individual de cada mulher, para uma demanda coletiva, de reinvindicação de direitos, que se passa a falar em feminismo. Essa é uma transição que ela experienciou pessoalmente e que mulheres do mundo inteiro experimentaram no que se converteu em um processo social de mobilização. Uma vez formada no curso, já integrada ao movimento de mulheres, Luzia ingressou ao quadro de professores da UFPA, por meio de uma prova de admissão. Ela passou a dar aulas de ciência política, uma área pela qual se afirma apaixonada, mas que considera extremamente masculinizada, o que a conduziu a muitos embates com *os* – em seu depoimento ela enfatiza o pronome masculino – cientistas políticos. Posteriormente, ela fez mestrado e doutorado, pesquisando a participação das mulheres na vida política.

Luzia se tornaria uma das maiores referências intelectuais no debate sobre gênero e mulheridades na UFPA e no Brasil. Ela fundou, há mais de vinte anos, o Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Moraes (GEPEM), voltado exclusivamente para produções sobre essa temática. Pelo grupo, passaram grande parte – me atrevo a dizer a maioria – das pesquisadoras que hoje integram as cinco faculdades do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Além do papel ativo na formação de quadros, Luzia também inaugurou o primeiro grupo de trabalho sobre

gênero na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), além de ajudar a fundar o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA.

No entanto, seu notável percurso pela instituição foi também atravessado por uma série de tensões motivadas por visões contrárias a seus posicionamentos políticos e interesses de pesquisa. Embora, segundo ela, as posições públicas de seus colegas de UFPA fossem quase sempre respeitosas, nos bastidores das relações entre esses professores e discentes, conflitos e antipatias se afirmavam. Vários dos orientandos da pesquisadora ouviram comentários como "o que tu vais fazer sendo aluno da Luzia? Ela só quer saber de pesquisar mulher!". Esses conflitos parecem ser parte do que Das e Poole (2008) definem como processo de disciplinarização realizada pelo Estado, que, na UFPA, assegura a manutenção de discursos considerados dissidentes em um espaço à margem. Todas as situações de conflito relatadas a seguir parecem guardar um pouco desta marca.

No último semestre, já aposentada, ela se candidatou ao cargo de Professora Voluntária, uma atividade não remunerada que, entre muitos processos burocráticos, requer a mentoria de um tutor, que precisa ser um professor atuante na instituição. Quando esta fase do processo foi assinalada em uma das reuniões do colegiado, e solicitou-se que um dos professores se apresentasse à função de mentor, um silêncio constrangedor correu entre os docentes ali presentes, interrompido somente pela chegada, naquela hora, da Professora Jane Beltrão, que prontamente se candidatou à tutoria. "A Jane chegar na hora foi uma salvação. Eu nem ganho nada para fazer isso, mas parecia que as pessoas não queriam que eu trabalhasse", recorda.

A trajetória de Bianca Porto foi marcada pelo contínuo esforço familiar de mantê-la em escolas particulares. A mãe da interlocutora reafirmava constantemente que ela havia nascido em uma família pobre e que a educação seria a chave para a chance de alcançar uma vida digna. Nesse sentido, a educação se tornou para Bianca uma questão "quase obsessiva na minha cabeça". A interlocutora não recebia ajuda financeira do pai e a mãe se encarregava dos cuidados relativos à formação da filha.

Muito elogiada pelos professores, Bianca era conhecida como "a menina que argumentava". Ela era eleita para solicitar quadras, bolas, propostas aos professores. Assim como no caso de Luzia, ainda na infância de Bianca certo protagonismo se ensaiava, atravessado por argumentos muitas vezes considerados cortantes pelas professoras

e professores. Ela não se lembra com precisão do momento em que decidiu ser advogada, mas suspeita que a decisão ocorreu por volta dos sete anos de idade. Cresceu, portanto, aspirando conquistar uma vaga no curso de direito da UFPA, cuja gratuidade era desejável perante a condição financeira da família. Aprovada no vestibular em sua segunda tentativa, Bianca ingressou no curso desejado.

O curso de direito se apresentou como "a maior das frustrações" para a interlocutora. Ela concluiu que o curso não era para ela: "Eu não me encaixava por algum motivo e rompi com esse curso exatamente na metade. Eu era a aluna brilhante, que tirava excelente em quase tudo, para me tornar uma criatura que não ia para as aulas. Que tirou regular por falta.". Foi um período no qual a interlocutora se dedicou à cursos de fotografia oferecidos pela Associação Fotoativa, bem como passou a frequentar o circuito de cinemas de arte em Belém, tais como o Cine Líbero Luxardo.

Até então, para ela, o feminismo "era o movimento das mulheres que tinham queimado sutiã, uma realidade totalmente distante da minha. Mas inconscientemente me afinizava com algumas pautas". Assim como Luzia, o perfil masculinizado, branco e elitista do curso de Direito a incomodava e ela se aproximou com mais intensidade das discussões posicionadas à esquerda que eram feitas no curso, da qual tais sujeitos estavam afastados. Diz ela: "eu percebia que alguma coisa estava errada, mas não sabia precisar o que era". O feminismo foi de fato entrar na vida de Bianca ao final da faculdade, quando decidiu fazer o mestrado, por volta de 2014. Os estudos intensificaram seu interesse político e esse foi também um período de compreensão das assimetrias de poder presentes em um relacionamento que ela descreve como "complicado".

Embora Bianca entenda que sua condição de classe possui muitos privilégios, o rapaz com o qual se relacionava na época possuía muito dinheiro e lia sua situação como de "pobreza". Situações de manipulação emocional e tentativas de isolar Bianca de seus afetos mais próximos também se faziam presentes. Ela lia tal relação como de "dominação". Hoje ela acrescenta que todos os modelos masculinos que atravessaram seu caminho eram muito negativos, a começar pelo pai ausente, passando por tios e chegando ao namorado da época. A partir de leituras acadêmicas e de textos na internet, ela passou a lançar mão de argumentos próprios aos movimentos feministas nas brigas que tinha com o rapaz e era vista como "a menina difícil, muito geniosa". Segundo a interlocutora, sua aproximação do feminismo foi:

> super tardia, mas foi uma mudança absurda na minha vida. Eu entendi inclusive que estava tudo bem eu estar sozinha e entendi que a sociedade me cobra que eu esteja num relacionamento, porque se eu tô só é porque ninguém me quer ou porque eu sou puta.

Ela também afirma que o feminismo a ajudou a reconhecer sua condição de mulher branca como sendo privilegiada, muito a partir do debate feito por figuras como a da filósofa Djamila Ribeiro e a da liderança política Sônia Guajajara, a primeira mulher indígena a se candidatar ao cargo de vice-presidente da república pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSoL). A partir desse reconhecimento, Bianca afirma que aprendeu a "ouvir mais e aprender" com a experiência de outras mulheres. Hoje, ela se identifica com a vertente do feminismo interseccional.

Dentro da universidade, Bianca enxerga o machismo e o anti-feminismo como sendo transversais, ora sutis, ora ruidosos. Na primeira seleção de mestrado feita pela interlocutora, ela ouviu de um dos professores da banca que o Programa não era lugar para militância – seu projeto tratava da experiência de mulheres ribeirinhas vítimas de deslocamentos forçados por conta da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sua visão de que academia e política eram terrenos intercambiáveis foi rechaçada e ela foi reprovada em sua primeira tentativa. Na segunda, obteve a aprovação.

Bianca também considera que as assimetrias de gênero se refletem no dia-a-dia em sala de aula, quando estudantes mulheres inteligentes passam o semestre inteiro em silêncio, por receio de se expressarem mal nas aulas, enquanto estudantes homens se sentem confortáveis e desenvoltos inclusive para cometer erros. Ela enxerga também uma grande dificuldade de as mulheres na pós-graduação terem confiança na própria competência, enquanto para os homens, sobretudo quando brancos, essa não parece ser uma questão.

Considerações finais

O percurso histórico apontado por Álvares (2010), bem como as duas trajetórias destacadas, demonstram que o campo político feminista na UFPA vem progressivamente se consolidando, com a formação de estudantes que coadunam academia e militância, a construção de grupos de pesquisa, de eventos especializados, bem como a produção de artigos, teses e dissertações. Tal consolidação, no entanto, não se dá sem conflitos e tensões, conforme demonstrado pelas trajetórias das duas interlocutoras. As tensões, embora possam se tornar explícitas, são quase sempre veladas, ordenadas por sutis – embora nem por isso menos contundentes – disputas por poder,

negação de agressões e embates com os pares masculinos e femininos que compõem a instituição.

Além disso, creio ter apresentado duas trajetórias concernentes a formação militante do primeiro tipo, apresentado alhures: tratam-se de mulheres que se aproximaram da luta feminista a partir de um entendimento acadêmico e livresco sobre o tema, o que acaba se refletindo em sua atuação universitária. De fato, o processo educacional, com seus percalços e precariedades, parece ter lugar central na vida e na política feitas por essas mulheres e pensar o feminismo intelectualmente parece ser parte das prioridades dessas pesquisadoras com o primeiro tipo de formação feminista na Amazônia.

A presença das interlocutoras na UFPA aponta para o que Bonetti (2009) apresentou como um dos principais desafios a serem enfrentados pela academia, a aceitação do caráter político do conhecimento. O adjetivo feminista, segundo a autora, remete a uma extrema politização e há uma resistência na academia brasileira à assunção de um caráter tão abertamente político. Nesse sentido, concordo com Joan Scott (1992), para quem toda produção de conhecimento, sobretudo na Amazônia, é política. A proposição contraria a ideia de que a região não produz conhecimento e não apresenta processos políticos contínuos. Contra o colonialismo que marca a história da Amazônia, a agência intelectual e política das mulheres feministas se insurge.

Referências

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Histórias, saberes, práticas: os estudos sobre mulheres entre as paraenses. *Revista do Nufen*, v. 1, n. 1, 2010.

BONETTI, Alinne de Lima. Etnografia, gênero e poder: Antropologia Feminista em ação. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 105-122, Jul/Dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M; AMADO, J. (Org.) *Usos e abusos da história ora*l. p. 183-191. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-365, 2006.

COMERFORD, J. *Fazendo a luta*: sociabilidade, fala e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. Cuad. antropol. soc., Buenos Aires , n. 27, p. 19-52, jul. 2008

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.22, p. 201-246, 2004.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 117-141, 1994.

LACERDA, Paula Mendes. *Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública.* Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

_____. Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M; AMADO, J. (Org.) *Usos e abusos da história ora*l. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.* Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Apresentação. In: LACERDA, Paula Mendes. Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de enfrentamento à aids. *Saúde Soc*. São Paulo, v.20, n.1, p.76-85, 2011.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. São Paulo: Letramento, 2017.

SAID, Edward. Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas. In: **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 34-116.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

WOLF, Eric. “Encarando o poder: velhos insights, novas questões”; “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas”. In. **Antropologia e Poder**: Contribuições de Eric Wolf. Editoras UnB, Unicamp e Imprensa Oficial, 2003.

WOLFF, Cristina. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945).* São Paulo: Huitec, 1999.